

PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

Documento de Trabalho

Área sectorial	Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental		
Designação do documento	Diagnóstico Estratégico/Visão		
Contacto da equipa			
	Data	03	07

Equipa:

Hipólito Bettencourt, arquitecto paisagista

Filipa Monteiro, arquitecta paisagista
Sofia Rodrigues, arquitecta paisagista



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDER



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
Situação de referência	3
Conceito de Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental	6
Primeiro esboço de Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental	7
Paisagem	10
ANÁLISE SWOT PARA A REGIÃO	11
Forças	11
Fraquezas	11
Oportunidades	11
Ameaças	12
AMBIÇÃO E OBJECTIVOS PARA A REGIÃO	13

INTRODUÇÃO

Situação de Referência

A preservação e valorização ambiental concretizada através de uma Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA), é essencial para a criação de oportunidades de desenvolvimento e coerência do modelo territorial a definir no PROTOVT. A elaboração de um PROT constitui o local para a integração das grandes opções de desenvolvimento relacionadas com este sector, estabelecidas ao nível de estratégias e políticas nacionais, assim como noutros instrumentos de planeamento de incidência regional.

Os documentos analisados apresentam estratégias e directivas de âmbito nacional e local relacionadas com a área do ambiente e conservação da natureza. Nas tabelas seguintes, salientam-se as orientações mais relevantes, relacionadas com a componente ambiental e paisagística.

De acordo com as orientações gerais referidas no documento PROT 2006 (Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, MAOTDR – Novembro 2005), os PROT devem integrar nas suas políticas regionais em matéria ambiental as orientações definidas nos planos especiais de ordenamento do território, assim como as directrizes relativas aos regimes territoriais especiais como a RAN, REN, DPH entre outros.

As orientações do POOC de Alcobaça-Mafra têm como dois dos seus principais objectivos, a defesa e conservação da natureza e a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas, por motivos ambientais ou turísticos

Tabela 1

Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) <i>(Proposta para efeito de discussão pública em Conselho de Ministros de 16 Março 2006)</i>	
Âmbito Nacional	Âmbito Regional (OVT)
Conservar a natureza e a biodiversidade.	Definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das condições singulares do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada, criando condições para a viabilização das iniciativas privadas neste domínio, sobretudo antecipando os instrumentos de ordenamento do território.
Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos.	
Contribuir para a cooperação internacional na área da conservação da natureza	
Constituir uma rede fundamental de Conservação da Natureza que inclui a Rede Nacional de Áreas Protegidas, a Rede Natura 2000, a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional, o Domínio Público Hídrico	
Abordar o conceito de Estrutura Ecológica como um recurso territorial que agrupa as “áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica”.	Promover a valorização das paisagens e dos enquadramentos cénicos atribuindo uma identidade e qualificação a cada uma das sub-regiões, protegendo-as assim das agressões da urbanização e da edificação dispersa.

Tabela 2

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) <i>(Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001 publicada no DR 236 SÉRIE I-B, 11 de Outubro)</i>
Âmbito Nacional
Definir e salvaguardar corredores ecológicos a nível dos PROT, PROF ou PDM, cuja função será estabelecer a ligação entre diferentes áreas nucleares de conservação, ultrapassando a visão redutora da Conservação da Natureza e da Biodiversidade – circunscrita às áreas classificadas e promovendo a continuidade espacial.
Valorizar as áreas protegidas assegurando a conservação do seu património natural, cultural e social, e promover o turismo sustentável nestas zonas respeitando a capacidade de carga do meio natural.
Desenvolver um Programa Nacional de Turismo Natureza e elaborar carta de desporto da Natureza
Valorizar o turismo da natureza e o próprio conceito de turismo sustentável no planeamento estratégico da política de turismo, bem como no ordenamento e no desenvolvimento das actividades turísticas, especialmente nas áreas protegidas e em zonas sensíveis, tais como zonas de montanha e ecossistemas costeiros e marinhos

Tabela 3

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) <i>(Documento aprovado para discussão pública em Conselho de Ministros 8 de Junho 2006)</i>
Âmbito Nacional
Promover políticas agrícolas e florestais que compatibilizem as actividades produtivas com as actividades de conservação da natureza, a utilização sustentável dos recursos naturais e a protecção da paisagem.
Promover políticas de conservação da natureza e da biodiversidade que vise suster a redução e fragmentação dos habitats, a protecção de espécies ameaçadas e a valorização das paisagens, articulada com as políticas agrícola, florestal, desenvolvimento urbano e económico de obras públicas e com o turismo.
Promover uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão da orla costeira, assegurando a sua protecção, valorização e requalificação ambiental e paisagística compatibilizado com o seu desenvolvimento económico e social.

Conceito de Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental

O ambiente e os valores relacionados com a sustentabilidade ambiental e paisagística são considerados actualmente recursos e objectivos centrais na área do planeamento, pelo que o PROTOVT integra estas questões no desenvolvimento das diferentes fases do plano. Deste modo, torna-se fundamental a definição de uma ERPVA para a região do Oeste e Vale do Tejo que constitua um suporte territorial de base, para o desenvolvimento sustentável das actividades no território. Esta estrutura é um elemento essencial para a identificação e preservação dos recursos naturais, em particular para a manutenção da biodiversidade e para o funcionamento equilibrado dos processo naturais.

A ERPVA constitui uma estrutura multifuncional com diferentes objectivos de protecção de áreas para a conservação da natureza, preservação de biodiversidade e recursos hídricos, apoio ao turismo integrado, recreio e lazer e articulação com a rede urbana. A coexistência espacial da ERPVA com as diferentes actividades, depende de diferentes graus de compatibilização. Por exemplo, a conservação da natureza e a protecção de *habitats* podem ser em determinadas situações, objectivos não compatíveis com o uso para recreio destes espaço. Esta estrutura, ao integrar diferentes territórios e sistemas, de forma articulada, poderá suscitar a proposta no plano de regimes de gestão diferenciada para as diferentes áreas.

Em termos conceptuais, a ERPVA será constituída por uma rede de áreas e corredores com funções ecológicas dominantes, recursos fundamentais para a manutenção das funções ecológicas da região, interligadas de modo a garantir a continuidade entre espaços. Estas estruturas englobam as áreas e corredores mais sensíveis ou classificados, do ponto de vista da conservação da natureza, assim como, recursos hídricos importantes e a preservação de *habitats* e ecossistemas particulares.

Esta estrutura deve representar uma estrutura territorial que integre o modelo de desenvolvimento e que seja sua parte estruturante. A sua definição passa por uma atitude de análise e proposta integrada, uma vez que se trata de matéria transversal a todas as funções e recursos territoriais.

Há, assim, que integrar em termos metodológicos um conjunto de contributos de diversos sectores do PROTOVT, em especial das áreas da conservação da natureza e biodiversidade, agricultura e florestas, riscos naturais, assim como elementos decorrentes da interpretação da cartografia dos padrões de ocupação do solo.

Primeiro Esboço de Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental

Numa primeira análise, em que ainda não estão incluídos elementos das restantes equipas dos sectores anteriormente referidos, com excepção dos trabalhos que estão a ser elaborados no âmbito do estudo dos padrões de ocupação do solo, a ERPVA integrará para além das áreas classificadas e com interesse para a conservação da natureza:

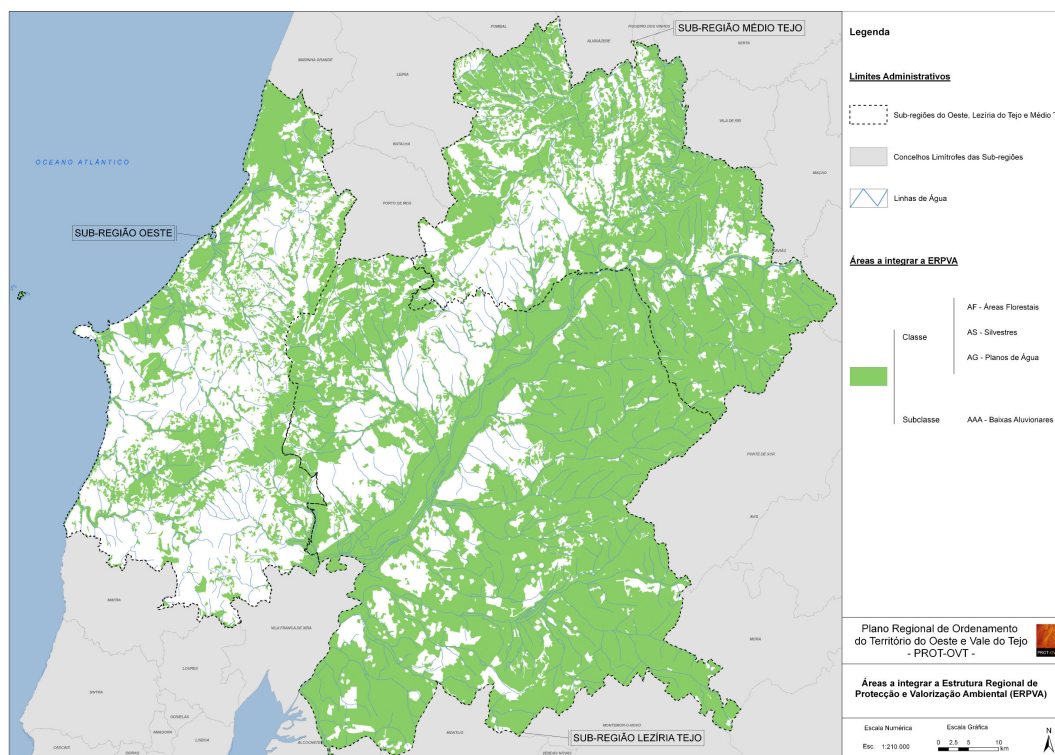
- os **territórios do litoral**,
- as **zonas de dunas**,
- as **áreas florestais e silvestres** de matos,
- as **áreas agrícolas em baixa aluvionar**,
- outros.

Na figura 1 apresenta-se a informação correspondente às áreas acima referidas relativa à cartografia dos padrões de ocupação do solo elaborados no

âmbito deste PROT e que constitui uma das bases do estudo da ERPVA. Trata-se de elementos que podem contribuir para a ERPVA mas não constituem ainda uma delimitação objectiva. É contudo no interior destes territórios que deverão ser encontradas as áreas com maior interesse ou contribuição para manutenção dos valores naturais e sustentabilidade a médio e longo prazo.

Figura 1

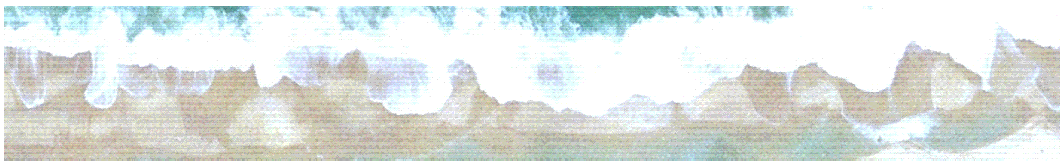
Informação de base para a constituição da ERPVA



Os **territórios do litoral** constituem uma área prioritária em termos da ERPVA pelo que estão a ser identificadas as áreas com maior valor do ponto de vista da biodiversidade, assim como as áreas já ocupadas com edificação ou com os

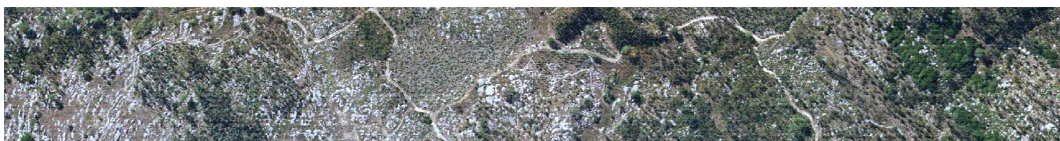
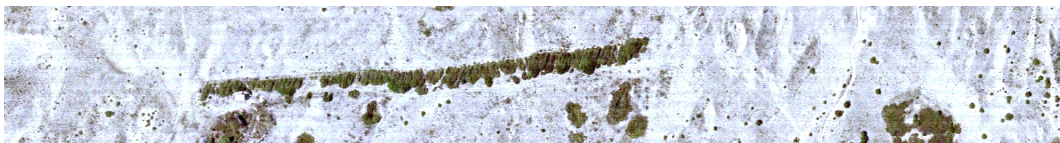
diferentes padrões de ocupação do solo nas suas várias formas e configurações.

O plano deverá definir e delimitar uma área “litoral” com dimensão alargada e propor as orientações de ordenamento determinantes para esta parcela tão importante do território.



As **dunas** constituem um ecossistema importante ao longo da faixa costeira e que ainda tem alguma expressão regional (na sub-região do Oeste). O seu carácter linear e a reduzida espessura das formações sugerem desde já, a necessidade de prever a sua clara identificação e preservação.

As **áreas florestais** constituem núcleos bem identificados e estão associadas ao litoral ou zonas serranas do interior, sendo acompanhadas pelas **áreas silvestres** e de matos que são da maior importância para a preservação da biodiversidade. Há contudo, que seleccionar os ecossistemas mais importantes em termos regionais e os respectivos povoamentos.





As **baixas aluvionares** constituem o suporte ao funcionamento hídrico da região e são um importante recurso no que diz respeito à gestão da água em termos territoriais, pela capacidade de infiltração que lhes está associada, pela sua função no regime e controlo de cheias e pela sua importância em termos de produtividade agrícola. Estas áreas deverão constituir elementos centrais na delimitação de corredores ecológicos regionais.



Paisagem

A ERPVA não estaria completa se os aspectos sectoriais anteriormente referidos não estivessem integrados num conceito mais vasto de “**Paisagem**” (unidades territoriais com recursos e valores particulares e característicos).

Deste modo, o estudo está a dirigir também uma atenção especial para a identificação e caracterização da paisagem como recurso territorial de particular importância na região do Oeste e Vale do Tejo. A ERPVA incluirá, assim, as paisagens com especial valor paisagístico e todos os elementos biofísicos notáveis do ponto de vista natural ou cultural.

Por outro lado, a **paisagem** constitui, um elemento de qualificação e nomeação do território regional ou das diferentes unidades locais. Este carácter de

unidade será referenciado e deverá constituir um critério de nomeação no que diz respeito às normas e ao plano propriamente dito. Estes valores e recursos serão integrados nas propostas e acções de planeamento que decorrem do PROTOV, em particular para os restantes IPT's da região, nomeadamente para os PDM, PU e PP.

ANÁLISE SWOT PARA A REGIÃO¹

Forças

- Diversidade territorial decorrente da existência de diferentes formas de povoamento e de tipologias de paisagem;
- Qualidade paisagística e funcional;
- Qualidade e adequação das práticas agrícolas tradicionais;
- Riqueza do ponto de vista da biodiversidade e conservação da natureza.

Fraquezas

- Dispersão do edificado e mistura de funções de usos do solo;
- Desqualificação pontual arquitectónica e urbanística do território;
- Presença de um elevado número de instalações agro-pecuárias com implicações ao nível da poluição dos recursos hídricos e contaminação dos solos;
- Ocupação edificada dos leitos de cheia e de áreas com interesse para a conservação da natureza;

¹ A análise SWOT apresentada refere-se apenas à sub-região do Oeste, devido à disponibilidade de informação no momento

- Desordem urbanística da maior parte da expansão recente das áreas urbanas e periferias.

Oportunidades

- Acessibilidade regional, nacional e internacional;
- Presença de uma elevada diversidade de recursos naturais;
- Existência de recursos paisagísticos com interesse para o desenvolvimento turístico integrado e actividades associadas ao lazer.

Ameaças

- Fragmentação da paisagem tendo como consequência transformações de ordem ecológica (como perda de diversidade biológica) e degradação da qualidade visual e estética da paisagem;
- Pressão do edificado sobre faixa litoral e nas áreas naturais e com interesse para a conservação da natureza;
- Alteração da composição das áreas florestais e agrícolas;
- Consumo de espaço florestal, agrícola e natural para construção de infra-estruturas urbanas e edifícios;
- Reforço dos mecanismos de dispersão e fragmentação do edificado.

AMBIÇÃO E OBJECTIVOS PARA A REGIÃO

Os objectivos que constituem a visão para a região OVT são os seguintes:

1. Região ordenada e qualificada do ponto de vista territorial;
2. Integração paisagística e territorial sustentável de forma global e local;
3. Evolução com qualidade das áreas edificadas urbanas e rurais;
4. Concentração do povoamento e das actividades económicas.

As principais opções estratégicas assentam fundamentalmente:

1. Manutenção das áreas agrícolas e florestais com elevados padrões estéticos e paisagísticos;
2. Equilíbrio entre dinâmicas urbanas e áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem segundo uma perspectiva integradora;
3. Protecção e valorização dos elementos e paisagens de carácter excepcional e das áreas com especial interesse para a conservação da natureza.